CARTA DA DIVERSIDADE

Plataforma Nacional de Direitos Humanos e de Cidadania das Pessoas LGBTI+ para o Estado Brasileiro, incluindo agenda de controle social do Executivo, agenda no Legislativo e a agenda de litigância estratégica no Judiciário



Audiência com Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado

A Carta da Diversidade faz parte do Projeto Sinergia das Alianças tem por objetivo contribuir para o enfrentamento às vulnerabilidades individuais, sociais e programáticas da população LGBTI+, de pessoas vivendo com HIV, através de ações de advocacy, litigância estratégica, accountability e controle social.



Audiência com Arthur Lira, Presidente da Câmara de Deputados

Aliança Nacional LGBTI+

PROGRAMA Cumpram-se AS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE A POPULAÇÃO LGBTI+

PROJETO ALIADAS Compromisso com o respeito e a igualdade. ADVOCACY NO CONGRESSO NACIONAL

PROJETO SINERGIA ADVOCACY NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

A Aliança Nacional LGBTI+ é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que atua na promoção e garantia da cidadania da população LGBTI+ desde 2003.

A instituição trabalha em cerca de 60 áreas temáticas ou específicas sobre as diversas peculiaridades que envolvem a população LGBTI+.

Dentre suas formas de atuação destacam-se a participação nas principais ações do STF que envolvem os direitos da população LGBTI+, o mapeamento dos projetos de lei de interesse da comunidade junto ao Congresso Nacional e a incidência política na busca de criação de políticas públicas efetivas e eficazes para a promoção e garantia dos direitos das pessoas LGBTI+.

Hoje a Aliança Nacional LGBTI+ conta com cerca de 2300 afiliados(as) divididos(as) em todas as unidades federativas do país em cerca de 320 municípios.

Missão
Atuar na promoção e na defesa dos direitos humanos e da cidadania da comunidade LGBTI+.

Visão
Ter uma sociedade justa, atuando com pessoas LGBTI+ e aliadas, bem como organizações das mais diversas naturezas interessadas em apoiar a causa LGBTI+, a fim de articular os/as diversos/as atores/as interessados/as em colaborar.

Valores
- Pluripartidarismo
- Dialética
- Ética
- Transparência
- Respeito
- Solidariedade

Principal Objetivo Estatutário
Atuar, nas mais diversas instâncias e com as mais diversas parcerias, na defesa e promoção da livre orientação sexual e da livre identidade/expressão de gênero.



PROGRAMA
Cumpram-se
AS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE A POPULAÇÃO LGBTI+

O Programa Cumpram-se as Decisões do STF é uma iniciativa da Aliança Nacional LGBTI+ para que os órgãos do Poder Público se aperfeiçoem na aplicação das decisões do STF nas unidades federativas.

Identificamos que muitas vezes as decisões da Suprema Corte não são plenamente aplicadas e se tornam pesos de papel.

Para corrigir essa discrepância entre a conquista dos direitos e sua efetivação buscamos que as Secretarias de Segurança Pública adaptem seus sistemas de registro de boletins de ocorrência para que constem os campos "motivação", "orientação sexual" e "identidade de gênero", bem como que seus servidores sejam capacitados para que no futuro seja possível ter estatísticas confiáveis na apuração de crimes de ódio.

Além disso buscamos que os Ministérios Públicos criem comitês de monitoramento da aplicação das decisões do STF, comissões que discutam a diversidade sexual e de gênero e elaborem documentos com orientações sobre a aplicação da ADO 26 (ação do STF que reconheceu a LGBTIfobia enquanto crime) bem como sobre a impossibilidade de concessão de medidas despenalizadoras nos crimes de racismo e injúria racial.

Trabalhamos ainda com as Defensorias Públicas para que sejam criados núcleos de atendimento à população LGBTI+, grupos de trabalho e estudo, bem como aperfeiçoamento dos servidores para que o atendimento se torne cada vez mais humanizado.

Buscamos as Secretarias Estaduais de Segurança Pública ou equivalentes, visando à criação de medidas necessárias para mapeamento e monitoramento dos crimes de LGBTIfobia para que sejam coibidos e estatísticas levantadas (Boletim de Ocorrência e capacitação do funcionalismo).

Também temos diálogo com Conselhos e Comitês LGBTI+ para que possamos auxiliar no que for preciso na criação de políticas públicas para a população LGBTI+.

O Programa Cumpram-se as Decisões do STF tem hoje algum tipo de parceria e/ou diálogo com ao menos 1 destes órgãos em 27 unidades federativas.

PROJETO
SINERGIA
ADVOCACY NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O Projeto Sinergia tem por objetivo contribuir para o enfrentamento às vulnerabilidades individuais, sociais e programáticas da população LGBTI+ de pessoas vivendo com HIV, através de ações de advocacy no Judiciário focadas na promoção da efetivação da garantia de seus direitos humanos.

PROJETO
ALIADAS
Compromisso com o respeito e a igualdade.
ADVOCACY NO CONGRESSO NACIONAL

O Projeto Aliadas tem como objetivo incidir no Legislativo para aprovação de leis favoráveis à comunidade LGBTI+ e conter qualquer tipo de leis que restrinjam ou retirem direitos.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



Sessão do STF de votação da criminalização da LGBTIfobia



Audiência com o Ministro do STF Dias Toffoli



Audiência com o Ministro do STF e Presidente do TSE, Luís Roberto Barroso



Celebração do Acordo de Cooperação Técnica com a Defensoria Pública da União ocorrida no dia 09 de dezembro de 2021.

Na última década, o Supremo Tribunal foi a resposta aos objetivos da comunidade LGBTI+ no Brasil. As ações da Aliança LGBTI+ envolveram auxiliar com memoriais e durante as sessões de julgamento com argumentos legais, além de ter reuniões com os membros do STF.

CONQUISTAS

2011

A primeira grande conquista da última década se deu por meio da ADI nº 4277 e ADPF nº 132, ações em que o STF declarou que pessoas do mesmo gênero têm direito à união estável e todos os direitos decorrentes dela, assim como um casal heterossexual.

2013

O direito ao casamento civil veio em 2013 por meio da Resolução 175/13 do CNJ que proibiu que os cartórios se recusassem a registrar a união estável e casamento entre pessoas do mesmo gênero.

2015

Na ADPF 291, o STF julgou que os termos "pederastia" e "homossexual" são discriminatórios e não foram recepcionados pela Constituição Federal quando o Código Penal Militar trata do crime previsto em seu artigo 235.

2015

Ainda em 2015 o Recurso Extraordinário 846.102 foi julgado na Suprema Corte, permitindo a adoção por pessoas LGBTI+. O caso tratava de uma tentativa de adoção por um casal gay de Curitiba – Paraná.

2018

Após a decisão do STF na ADI 4275 e RE 670422 o Conselho Nacional de Justiça editou o Provimento 73/2018 que permitiu a retificação de registro civil (alteração de nome e gênero na certidão de nascimento) diretamente em cartório. Desde então não é mais necessário que o Judiciário seja acionado para que a alteração documental seja feita para maiores de idade.

2019

Por meio da ADO 26 e do MI 4733 o STF entendeu que os termos "raça" e "racismo" possuem caráter político-social e não biológico e, nesse sentido, a discriminação contra a população LGBTI+ deve se enquadrar na Lei 7.716/89 (lei de racismo) Além disso, o julgamento decidiu que homicídios de caráter homotransfóbico são qualificados pelo motivo torpe.



Audiência com Dr. Carlos Vilhena procurador federal da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) - Ministério Público Federal (MPF).



Claudia Velasquez Diretora da Unaids Brasil, Ariadne Ribeiro Ferreira Assessora para Apoio Comunitário, Angela Pires Terto - Assessora de Direitos Humanos ONU Brasil



Audiência no Tribunal Superior Eleitoral para o enfrentamento às Fake News.



Seminário do projeto Sinergia das Alianças

2020

Por força da decisão da ADI 5543 a Anvisa foi obrigada a retirar a proibição de doação de sangue por homens homossexuais prevista na alínea "d" do inciso XXX, do artigo 25 da RDC nº 34.

2020

Em outubro de 2020 o CNJ editou a Resolução nº 348, que permitiu a autodeclaração de pessoas LGBTI+ presas e estabeleceu que elas têm direito a serem encaminhadas para celas ou alas dedicadas específicas e celas ou alas condizentes com sua identidade de gênero.

2020

Neste ano diversas leis municipais que tentavam proibir o debate sobre questões de gênero e orientação sexual nas escolas foram derrubadas pela Suprema Corte. Alguns exemplos são a ADPF 457, Novo Gama – GO; ADPF 526, Foz do Iguaçu – PR; ADPF 467, Ipatinga – MG e ADPF 460, Cascavel – PR.

2021

Por meio da ADPF 787 o Ministro Gilmar Mendes concedeu medida liminar no dia 28 de junho de 2021 determinando que o SUS adeque seus sistemas para garantir o atendimento a pessoas trans independentemente do sexo. Em alguns casos homens trans eram impedidos de terem acesso a consultas ginecológicas, por exemplo.

A CONQUISTAR

Os processos acompanhados pelo Grupo Dignidade e Aliança Nacional LGBTI no STF são os seguintes:

ADPF 466: Sobre lei que visa proibir ensino de gênero e sexualidade nas escolas.

ADPF 462: Sobre lei que visa proibir ensino de gênero e sexualidade nas escolas.

ADI 5668: Visa obrigar as escolas a coibir discriminações em face de pessoas LGBTI+.

ADI 4966: Ação que visa proibir casamento homoafetivo declarando a inconstitucionalidade da Resolução 175/2013 do CNJ.



Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD/MG)



Audiência com a Deputada Federal Professora Dorinha (DEM/União Brasil /TO)


Audiência com a Vereadora de Maceió, Teca Nelma (PSDB)


Audiência com o Governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB)

Lista de projetos de leis e emendas constitucionais no Congresso Nacional, favoráveis (prioritários)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proposição: PLS 134/2018
Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Ementa: Cria o estatuto da diversidade sexual e de gênero, estabelecendo que a livre orientação sexual e identidade de gênero constituem direitos fundamentais.

Desarquivamento do Estatuto das Famílias (Projeto de Lei do Senado n° 470, de 2013)

Proposição: PL 7702/2017
Autoria: Ex-dep. Weverton Rocha (PDT/MA)
Ementa: Criminaliza a discriminação ou preconceito por orientação sexual e/ou identidade de gênero.

Proposição: PL 1225/2021
Autoria: Dep. Denis Bezerra (PSB/CE)
Ementa: Criminaliza a misoginia e a homofobia.

Proposição: PL 2653/2019
Autoria: Dep. David Miranda (PSOL/RJ)
Ementa: Cria mecanismos de proteção de pessoas em situação de violência baseada na orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero.

Proposição: PL 7292/2017
Autoria: Dep. Luizianne Lins (PT/CE)
Ementa: Estabelece o LGBTcídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio.

Proposição: PL 3667/2020
Autoria: Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS)
Ementa: Isenta as taxas de retificação de nomes e de gênero para pessoas transgênero, travestis, intersexuais ou não-binárias.

Proposição: PL 144/2021
Autoria: Dep. Alexandre Padilha (PT/SP)
Ementa: Dispõe sobre a reserva de vagas de emprego, ou estágio para mulheres transexuais, travestis e homens transexuais nas empresas privadas.

Proposição: PL 8032/2014
Autoria: Dep. Jandira Feghali (PCdoB/RJ)
Ementa: Amplia a proteção da Lei Maria da Penha às pessoas transexuais e transgêneros.

Proposição: PL 6350/2019
Autoria: Dep. Marcelo Freixo (PSOL/RJ)
Ementa: Cria espaços específicos para travestis e transexuais em estabelecimentos penais.



Audiência com o Deputado Federal Reginaldo Lopes (PT/MG)


Audiência com Arthur Lira (PP/AL), Presidente da Câmara e Deputada Federal Tereza Nelma (PSDB/AL)



Audiência com Deputado Federal Professor Israel Batista (PV/DF)


Audiência com o Deputado Federal Júlio Delgado (PSB/MG)

Proposição: PL 287/03
Autoria: Ex-dep. Laura Carneiro (DEM/RJ)
Ementa: Criminaliza a rejeição de doadores de sangue resultante de preconceito por orientação sexual.

Proposição: PL 502/2019
Autoria: Dep. Talíria Petrone (PSOL/RJ)
Ementa: Institui o programa "Escola Sem Mordaça", que assegura a livre manifestaçao ideológica e política; e da orientação sexual e da identidade e/ou expressão de gênero.

Proposição: PL 7582/2014
Autoria: Dep. Maria do Rosário (PT/RS)
Ementa: Define os crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para coibi-los, nos termos do inciso III do art.1º e caput do art.5º da Constituição Federal, e dá outras providências.

Proposição: PL 5255/2016
Autoria: Ex-Dep. Laura Carneiro (PMDB/RJ)
Ementa: Acrescenta § 4º ao art. 54 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que "dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências" a fim de disciplinar o registro civil do recém-nascido sob o estado de intersexo.

Proposição: PDC 422/2016
Autoria: Ex-Dep. Laura Carneiro (PMDB/RJ)
Ementa: Susta o inciso IV do art. 63 da Portaria GM/MS nº 158, de 04 de fevereiro de 2016, do Ministério da Saúde, e a alínea "d" do inciso XXX do art. 25 da Resolução RDC nº 34, de 11 de junho de 2014, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.

Proposição: PL 7292/2017
Autoria: Dep. Luizianne Lins (PT/CE)
Ementa: Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o LGBTcídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1o da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o LGBTcídio no rol dos crimes hediondos.

Proposição: PL 2777/2019
Autoria: Dep. Talíria Petrone (PSOL/RJ)
Ementa: Estabelece a necessidade de coleta, processamento de dados e formação de estatísticas sobre a população LGBT nos serviços de saúde, assistência social e segurança pública.

Proposição: PLS 515/2017
Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Ementa: Criminaliza a homofobia, definindo os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero.

Proposição: PL 2745/2019
Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Ementa: Determina o direito ao reconhecimento da identidade de gênero, permitindo a mudança do registro do prenome e do sexo da pessoa nos documentos de identificação.

Proposição: PLS 191/2017
Autoria: Sen. Jorge Viana (PT/AC)
Ementa: "Altera a Lei Maria da Penha para estabelecer que independe da identidade de gênero a garantia de direitos à mulher.



Audiência com Marina Reidel, Diretora de Promoção de Direitos de LGBTI+ do Ministério da Mulher, da Família, e Direitos Humanos



Audiência com Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)


Seminário do projeto Sinergia das Alianças


Audiência com a Deputada Federal Erica Kokay (PT/DF)

Proposição: PL 3213/2021 (PL João Nery)
Autoria: Deputada Federal Erika Kokay (PT-DF) com coautoria da Deputada Federal Vivi Reis (PSOL-PA) e do Deputado Federal David Miranda (PSOL-RJ)
Dispõe sobre o direito à autodeterminação da identidade de gênero e expressão de gênero e à proteção das características sexuais de cada pessoa, e dá outras providências.

Os projetos de lei relacionados à **Hanseníase, Tuberculose e HIV/AIDS** versam em sua maioria sobre temas similares como isenção do Imposto de Renda, criação de benefício, liberação de FGTS, dentre outros temas minoritários.
Importante destacar que os projetos muitas vezes versam sobre mais de uma doença crônica ou possuem apensos que incorporam outras doenças em seu texto. Desta maneira os projetos prioritários são os seguintes:

Proposição: PL 4645/2001
Autoria: Feu Rosa (PSDB-ES)
Ementa: Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pelo art. 47 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, e acréscimo do § 2º do art. 30 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir na isenção do imposto de renda os trabalhadores em atividade, atingidos pelas doenças lá referidas.
Observação: Este projeto tem mais de 70 apensos, o que significa que vários outros que versam sobre esta temática tramitam em conjunto.

Proposição: PL 3310/2000
Autoria: Euler Morais (PMDB-GO)
Ementa: Modifica a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, a fim de possibilitar o saque do saldo da conta vinculada do FGTS para tratamento de saúde de parentes em 1º grau do titular acometidos da AIDS.
Observação: Este projeto tem mais de 30 apensos, o que significa que vários outros que versam sobre esta temática tramitam em conjunto.

SENADO FEDERAL

Proposição: PLS 860/2019
Autoria: Sen. Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)
Ementa: Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para definir e punir os crimes resultantes da intolerância, discriminação ou do preconceito por sexo, orientação sexual e identidade de gênero.

Proposição: PLP 73/2021
Autoria: Sen. Paulo Rocha (PT/PA), Sen. Paulo Paim (PT/RS), Sen. Jean Paul Prates (PT/RN), Sen. Rogério Carvalho (PT/SE), Sen. Humberto Costa (PT/PE), Sen. Zenaide Maia (PROS/RN), Sen. Jacques Wagner (PT/BA), Sen. Rose de Freitas (MDB/ES)
Ementa: Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais voltadas ao setor cultural; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 para vedar a limitação de empenho e movimentação das despesas relativas a aquisição de produtos e serviços vinculados à execução do Fundo Nacional de Cultura, e não contabilizar na meta de resultado primário as transferências previstas nesta Lei Complementar; vedar a imposição de limites à execução orçamentária e financeira da programação orçamentária relativa às fontes vinculadas ao Fundo Nacional de Cultura; e vedar a alocação de recursos do Fundo Nacional de Cultura em reservas de contingência de natureza primária ou financeira.



Audiência com a Deputada Federal Christiane Yared (PL/PR)



Audiência com o Deputado Federal Wolney Queiroz (PDT/PE), lider do PDT na Câmara



Audiência com a Deputada Federal Fernanda Melchionna (PSOL/RS)


Jair Brandão Filho (Mov. Tuberculose), Gil Casemiro (Coord. de Prevenção e Articulação Social do DDAHV), Francisco Faustino (Mov. de Hanseníase) e Alexandre Cunha (GAPA/SC/ Mov. de Hepatites Virais)


Audiência com a Deputada Federal Joênia Wapichana (REDE/RR)


Audiência com o Deputado Federal Paulo Teixeira (PT/SP)


Audiência com o Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR)



Audiência com o Senador Fabiano Contarato (PT/ES)



Audiência com a Deputada Federal Jandira Feghali (PCdoB/RJ) e Ex-Deputada Manoela d´Ávila (PCdoB/RS)



Audiência com o Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)



Audiência com a Deputada Natália Bonavides (do PT/RN) titular da Comissão Parlamentar de Inquérito das Fake News na Câmara Federal.



Audiência com Deputado Federal Luciano Bivar (Presidente do PSL/ UNIÃO BRASIL/PR)

Frente Parlamentar Mista pelo Respeito à Cidadania LGBTI+

Parlamentares que integram a Frente Parlamentar Mista pelo Respeito à Cidadania LGBTI+ até 14/12/2021 (13h50)

DEPUTADOS/AS FEDERAIS

Dep. Federal Abou Anni PSL/SP
Dep. Federal Aécio Neves - PSDB/MG
Dep. Federal Afonso Florence PT/BA
Dep. Federal Afonso Hamm - PP/RS
Dep. Federal Afonso Motta PDT/RS
Dep. Federal Airton Faleiro PT/PA
Dep. Federal Alencar Santana Braga PT/SP
Dep. Federal Alex Manente CIDADANIA/SP
Dep. Federal Alexandre Frota PSDB/SP
Dep. Federal Alexandre Leite DEM/SP
Dep. Federal Alexandre Padilha PT/SP
Dep. Federal Alice Portugal PCdoB/BA
Dep. Federal Aliel Machado PSB/PR
Dep. Federal Amaro Neto REPUBLICANOS/ES
Dep. Federal André Abdon PP/AP
Dep. Federal André de Paula PSD/PE
Dep. Federal André Figueiredo PDT/CE
Dep. Federal André Fufuca PP/MA
Dep. Federal Arnaldo Jardim CIDADANIA/SP
Dep. Federal Átila Lira PP/PI
Dep. Federal Augusto Coutinho SOLIDARIEDADE/PE
Dep. Federal Áurea Carolina PSOL/MG
Dep. Federal Bacelar PODE/BA
Dep. Federal Benes Leocádio REPUBLICANOS/RN
Dep. Federal Beto Faro PT/PA
Dep. Federal Beto Pereira PSDB/MS
Dep. Federal Bilac Pinto DEM/MG
Dep. Federal Bira do Pindaré PSB/MA
Dep. Federal Bohn Gass PT/RS
Dep. Federal Bosco Saraiva SOLIDARIEDADE/AM
Dep. Federal Bozzella PSL/SP
Dep. Federal Cacá Leão PP/BA
Dep. Federal Camilo Capiberibe PSB/AP
Dep. Federal Carlos Chiodini MDB/SC
Dep. Federal Carlos Henrique Gaguim DEM/TO
Dep. Federal Carlos Sampaio PSDB/SP
Dep. Federal Carlos Veras PT/PE
Dep. Federal Celina Leão PP/DF
Dep. Federal Célio Moura PT/TO
Dep. Federal Célio Silveira PSDB/GO
Dep. Federal Celso Maldaner MDB/SC
Dep. Federal Charles Fernandes PSD/BA
Dep. Federal Chico D'Angelo PDT/RJ
Dep. Federal Cleber Verde REPUBLICANOS/MA
Dep. Federal Covatti Filho PP/RS
Dep. Federal Dagoberto Nogueira PDT/MS
Dep. Federal Daniel Almeida PCdoB/BA



Audiência com presidente nacional do PDT, Carlos Lupi, e o secretário-geral nacional Manoel Dias


Audiência com o Dep. Federal Aliel Machado (PSB/ PR)


Audiencia com a a Presidenta do PT - Gleisi Hoffmann - PR



Audiência com o Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

Dep. Federal Daniel Coelho CIDADANIA/PE
Dep. Federal Danilo Cabral PSB/PE
Dep. Federal Danilo Forte PSDB/CE
Dep. Federal Darci de Matos PSD/SC
Dep. Federal David Miranda PSOL/RJ
Dep. Federal Delegado Antônio Furtado PSL/RJ
Dep. Federal Denis Bezerra PSB/CE
Dep. Federal Diego Garcia PODE/PR
Dep. Federal Domingos Neto PSD/CE
Dep. Federal Domingos Sávio PSDB/MG
Dep. Federal Dr. Leonardo SOLIDARIEDADE/MT
Dep. Federal Edio Lopes PL/RR
Dep. Federal Eduardo Barbosa PSDB/MG
Dep. Federal Eduardo Bismarck PDT/CE
Dep. Federal Eduardo Costa PTB/PA
Dep. Federal Elcione Barbalho MDB/PA
Dep. Federal Eli Corrêa Filho DEM/SP
Dep. Federal Elias Vaz PSB/GO
Dep. Federal Emanuel Pinheiro Neto PTB/MT
Dep. Federal Enio Verri PT/PR
Dep. Federal Erika Kokay PT/DF
Dep. Federal Expedito Netto PSD/RO
Dep. Federal Fábio Henrique PDT/SE
Dep. Federal Fábio Trad PSD/MS
Dep. Federal Fausto Pinato PP/SP
Dep. Federal Felipe Carreras PSB/PE
Dep. Federal Félix Mendonça Júnior PDT/BA
Dep. Federal Fernanda Melchionna PSOL/RS
Dep. Federal Fernando Coelho Filho DEM/PE
Dep. Federal Fernando Monteiro PP/PE
Dep. Federal Flávia Morais PDT/GO
Dep. Federal Geninho Zuliani DEM/SP
Dep. Federal Gervásio Maia PSB/PB
Dep. Federal Gil Cutrim REPUBLICANOS/MA
Dep. Federal Glauber Braga PSOL/RJ
Dep. Federal Gleisi Hoffmann PT/PR
Dep. Federal Gonzaga Patriota PSB/PE
Dep. Federal Gustavo Fruet PDT/PR
Dep. Federal Haroldo Cathedral PSD/RR
Dep. Federal Heitor Schuch PSB/RS
Dep. Federal Helder Salomão PT/ES
Dep. Federal Hélio Costa REPUBLICANOS/SC
Dep. Federal Hélio Leite - DEM/PA
Dep. Federal Henrique Fontana PT/RS
Dep. Federal Hildo Rocha MDB/MA
Dep. Federal Hugo Motta REPUBLICANOS/PB
Dep. Federal Igor Timo PODE/MG
Dep. Federal Isnaldo Bulhões Jr. MDB/AL
Dep. Federal Ivan Valente PSOL/SP
Dep. Federal Jandira Feghali PCdoB/RJ
Dep. Federal Jesus Sérgio PDT/AC
Dep. Federal João Carlos Bacelar PL/BA
Dep. Federal João Daniel PT/SE
Dep. Federal João Marcelo Souza MDB/MA
Dep. Federal Joenia Wapichana REDE/RR
Dep. Federal Jorge Solla PT/BA
Dep. Federal José Airton Cirilo PT/CE
Dep. Federal José Guimarães PT/CE
Dep. Federal José Nunes PSD/BA
Dep. Federal José Priante MDB/PA



Audiência com o Deputado Federal Max Beltrão (PSD/AL)



Audiência com Líder do PT na Câmara, Deputado Federal Bohn Gass (PT/RS)


Audiência com o Dep. Federal David Miranda (PSOL/RJ)



Audiência com a Deputada Federal pelo RJ Talíria Petrone, líder do PSOL na Câmara

Dep. Federal José Ricardo PT/AM
Dep. Federal Juarez Costa MDB/MT
Dep. Federal Júlio Delgado PSB/MG
Dep. Federal Kim Kataguiri DEM/SP
Dep. Federal Lafayette de Andrada REPUBLICANOS/MG
Dep. Federal Leo de Brito PT/AC
Dep. Federal Leonardo Monteiro PT/MG
Dep. Federal Leonardo Picciani MDB/RJ
Dep. Federal Leônidas Cristino PDT/CE
Dep. Federal Leur Lomanto Júnior DEM/BA
Dep. Federal Lídice da Mata PSB/BA
Dep. Federal Luciano Ducci PSB/PR
Dep. Federal Luisa Canziani PTB/PR
Dep. Federal Luiza Erundina PSOL/SP
Dep. Federal Luizianne Lins PT/CE
Dep. Federal Marcelo Nilo PSB/BA
Dep. Federal Márcio Biolchi MDB/RS
Dep. Federal Marcon PT/RS
Dep. Federal Margarete Coelho PP/PI
Dep. Federal Maria do Rosário PT/RS
Dep. Federal Marília Arraes PT/PE
Dep. Federal Mário Heringer PDT/MG
Dep. Federal Mário Negromonte Jr. - PP/BA
Dep. Federal Marlon Santos PDT/RS
Dep. Federal Marreca Filho PATRIOTA/MA
Dep. Federal Marx Beltrão PSD/AL
Dep. Federal Mauro Lopes MDB/MG
Dep. Federal Merlong Solano PT/PI
Dep. Federal Milton Coelho PSB/PE
Dep. Federal Moses Rodrigues MDB/CE
Dep. Federal Natália Bonavides PT/RN
Dep. Federal Newton Cardoso Jr MDB/MG
Dep. Federal Nilto Tatto PT/SP
Dep. Federal Odair Cunha PT/MG
Dep. Federal Orlando Silva PCdoB/SP
Dep. Federal Otavio Leite PSDB/RJ
Dep. Federal Padre João PT/MG
Dep. Federal Patrus Ananias PT/MG
Dep. Federal Paula Belmonte CIDADANIA/DF
Dep. Federal Paulão PT/AL
Dep. Federal Paulo Guedes PT/MG
Dep. Federal Paulo Pimenta PT/RS
Dep. Federal Paulo Ramos PDT/RJ
Dep. Federal Paulo Teixeira PT/SP
Dep. Federal Pedro Augusto Bezerra PTB/CE
Dep. Federal Pedro Uczai PT/SC
Dep. Federal Pompeo de Mattos PDT/RS
Dep. Federal Professor Alcides PP/GO
Dep. Federal Professor Israel Batista PV/DF
Dep. Federal Professora Dorinha Rezende DEM/TO
Dep. Federal Professora Marcivania PCdoB/AP
Dep. Federal Professora Rosa Neide PT/MT
Dep. Federal Rafael Motta PSB/RN
Dep. Federal Raul Henry MDB/PE
Dep. Federal Reginaldo Lopes PT/MG
Dep. Federal Renildo Calheiros PCdoB/PE
Dep. Federal Ricardo Guidi PSD/SC
Dep. Federal Ricardo Teobaldo PODE/PE
Dep. Federal Rodrigo Agostinho PSB/SP
Dep. Federal Rodrigo de Castro PSDB/MG
Dep. Federal Rogério Correia PT/MG



Secretária Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, Mariana Neris



Audiência com o Dr. Gerson Mendes, diretor do Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis - DCCI / Ministério da Saúde



Reunião com Seadora Simone Tebet (MDB/ MS)

Dep. Federal Roman PATRIOTA/PR
Dep. Federal Rubens Bueno CIDADANIA/PR
Dep. Federal Rubens Otoni PT/GO
Dep. Federal Rui Falcão PT/SP
Dep. Federal Sâmia Bomfim PSOL/SP
Dep. Federal Sérgio Brito PSD/BA
Dep. Federal Silvia Cristina PDT/RO
Dep. Federal Silvio Costa Filho REPUBLICANOS/PE
Dep. Federal Subtenente Gonzaga PDT/MG
Dep. Federal Tabata Amaral PSB/SP
Dep. Federal Tadeu Alencar PSB/PE
Dep. Federal Talíria Petrone PSOL/RJ
Dep. Federal Tereza Nelma PSDB/AL
Dep. Federal Toninho Wandscheer PROS/PR
Dep. Federal Túlio Gadêlha PDT/PE
Dep. Federal Uldurico Junior PROS/BA
Dep. Federal Valdevan Noventa PL/SE
Dep. Federal Valmir Assunção PT/BA
Dep. Federal Vander Loubet PT/MS
Dep. Federal Vanderlei Macris PSDB/SP
Dep. Federal Vavá Martins REPUBLICANOS/PA
Dep. Federal Vicentinho PT/SP
Dep. Federal Vicentinho Júnior PL/TO
Dep. Federal Vilson da Fetaemg PSB/MG
Dep. Federal Vitor Lippi PSDB/SP
Dep. Federal Vivi Reis PSOL/PA
Dep. Federal Waldenor Pereira PT/BA
Dep. Federal Wellington Roberto PL/PB
Dep. Federal Wolney Queiroz PDT/PE
Dep. Federal Zé Carlos PT/MA
Dep. Federal Zé Neto PT/BA
Dep. Federal Zeca Dirceu PT/PR

SENADORES
Senador Eduardo Braga MDB/AM
Senador Fabiano Contarato Rede/ES
Senador Humberto Costa PT/PE
Senador Jean Paul Prates PT/RN
Senador Senador José Aníbal PSDB/SP
Senador Lasier Martins PODE/RS
Senador Paulo Rocha PT/PA
Senador Renan Calheiros MDB/AL
Senador Rogério Carvalho PT/SE
Senadora Simone Tebet - MDB/MS
Senador Styvenson Valentim PODE/RN
Senador Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB

Para aderir à Frente, siga as instruções abaixo:

1) Acessar o Infoleg Autenticador;
2) Em Subscrição apoiamento, pesquisar o Requerimento pelo código autenticador
CD210528491900
3) Assinar.

Ou solicite a ficha pelo
WhatsApp (41) 99602-8906
E-mail aliancalgbti@aliancalgbti.org.br ou aliancalgbti@gmail.com



Gabinete do Deputado Federal Túlio Gadêlha (PDT/PE)



Audiência com a Deputada Federal Vivi Reis (PSOL/PA)



Audiência com a Deputada Federal Tabata Amaral (PSB/SP)


Audiência com o Deputado Federal Mário Heringer (PDT/MG)



Audiência com o Deputado Federal Carlos Veras (PT/PE)



Audiência com a Deputada Federal Natália Bonavides (PT/RN)

CENTRAL NACIONAL DE DENÚNCIA LGBTI+

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e saiba mais.

A Central Nacional de Denúncia LGBTI+ é um programa da Aliança Nacional LGBTI+ que busca auxiliar a comunidade com atendimento jurídico e psicossocial.

O atendimento jurídico é feito por meio de orientações sobre as medidas a serem adotadas pela pessoa denunciante, bem como provocação de órgãos por meio de ofícios quando há inércia ou omissão no atendimento já prestado. A Aliança Nacional LGBTI+ não promove ações judiciais individuais.

O atendimento psicossocial é realizado em caráter emergencial quando identificado um caso em que demanda tal atenção.

Para que o atendimento seja realizado é necessário o preenchimento do formulário da URL https://bit.ly/30xH15C. A partir disso é gerado um protocolo dentro da central e os voluntários realizam uma triagem para decidir o tipo de atendimento adequado.

Usamos a plataforma Pipefy que utiliza o sistema Kanban para facilitar a atualização dos atendimentos e contato com o denunciante. Em 2021 foram realizados cerca de 55 atendimentos.

Instituições e entidades parceiras da Aliança Nacional LGBTI+

















































































Para adesão à Carta da Diversidade ou para correções, entre em contato: aliancalgbti@aliancalgbti.org.br

Expediente

Diretor Presidente: **Toni Reis**

Diretora Administrativa: **Rafaelly Wiest da Silva**

Secretária Geral: **Patrícia Mannaro**

Diretor de Políticas Públicas: **Cláudio Nascimento Silva**

Coordenação da Área Jurídica: **Amanda Souto – (62) 981 545 164**

Coordenador de Advocacy no Senado: **Michel Platini**

Equipe de Advocacy: **Amanda Anderson de Souza, Italo Almeida, Felipe Pinheiro, Thiago Costa**

Assessor Nacional do Projeto Sinergia: **Edson Maciel de Souza - (43) 998 607 269**

Assessora para Mobilização: **Layza Lima - (27) 996 113 767**

Conheça as Coordenações Municipais da Aliança Nacional LGBTI+:

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e saiba mais.

Conheça as Coordenações das Áreas Temáticas da Aliança Nacional LGBTI+:

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e saiba mais.

Esta publicação tem a cooperação da UNESCO no âmbito do Projeto 914BRZ1138, o qual tem o objetivo de contribuir para eficiência da gestão por resultado, aprimoramento da governança, da resposta nacional as IST, aids, hepatites virais, com foco na prevenção e educação em saúde, bem como na ampliação do acesso e qualidade dos serviços prestados as populações vulneráveis. As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites. As ideias e opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da UNESCO nem comprometem a Organização.